

RESUMO DE TESE

"Angola: Nasce uma nação – Um estudo sobre a construção da Identidade Nacional"¹

Carlos Serrano (USP)

O autor enuncia alguns aspectos fundamentais abordados ao longo deste trabalho:

- Os centros de produção científica de idéias e análises sobre o espaço africano de língua portuguesa são os pólos hegemônicos do poder político, da produção do saber dentro do contexto internacional.

Se uma grande parcela desses trabalhos contém uma postura política implícita fez-se necessário uma crítica radical à massa de informação existente.

A leitura dos trabalhos que se referem à etapa contemporânea, à *história imediata* deixam invariavelmente de fora o discurso autônomo dos atores sociais em questão: os angolanos.

- Nos diversos discursos antropológicos que se referem ao conhecimento do "outro" (a etnografia espontânea, a antropologia aplicada, antropologia militar e a antropologia missionária) há um denominador comum que se pode definir do seguinte modo: existe uma inclusão do

(1) Tese de doutoramento em Antropologia Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 14-06-88.

conhecimento sobre o outro e simultaneamente uma exclusão ideológica desse mesmo outro.

Dentre todos os trabalhos é necessário, contudo, destacar os trabalhos etnográficos dos missionários católicos da Congregação do Espírito Santo e os trabalhos dos missionários protestantes. Todos eles de origem não-portuguesa.

- A história da luta de libertação dos povos africanos das colônias portuguesas tem raízes mais profundas do que aquelas manifestas em sua fase contemporânea, a luta armada. Ela surge em suas diversas manifestações, como a resistência através da produção literária e jornalística de protesto e denúncia, diversos movimentos nativistas, movimentos proféticos, greves, desobediência civil.
- O movimento de intelectuais angolanos da geração de 50 tem o mérito de, através do trabalho coletivo e organizado, compreender e expressar uma consciência política nacionalista através dos jornais culturais da época.
- É esta geração de intelectuais que em dezembro de 1956 dá unidade a pequenas organizações políticas e proclamam a formação do Movimento Popular de Angola (MPLA) e lançam um manifesto que será o primeiro projeto político unitário dos angolanos.
- A 4 de fevereiro de 1961 o MPLA desencadeia a luta armada que, com o seu desenvolvimento e abertura de várias frentes, mobiliza os angolanos no espaço nacional e fará desta luta prolongada um dos pontos fundamentais na construção da identidade nacional angolana.
- Os restantes partidos nacionalistas como a UPA e a UNITA não conseguem ultrapassar suas fronteiras étnicas na Luta de Libertação.
- As formas de mobilização e recrutamento da população durante a Luta de Libertação Nacional são um dos elementos essenciais na tomada de consciência nacional e na explicitação do projeto político assumido na luta.
- No discurso nacionalista, vemos que uma das grandes preocupações no momento da Luta Armada é a da unidade.

Este discurso evolui de um conceito abstrato construído pelos intelectuais para o da unidade forjada na luta dos guerrilheiros na sua relação com o todo.

- O discurso relativo à diversidade étnica e cultural também evolui e a perspectiva original do programa político que possuía em si a idéia de federação é abandonada tendo em vista o desenvolvimento de certos etnonacionalismos.

Também a Constituição da nova República Popular de Angola dá ênfase ao aspecto unitário do novo Estado. A diversidade étnica e cultural é tratada agora como um processo de *autonomias culturais*, fundamento específico da Identidade Cultural do Povo Angolano. Os problemas daí surgidos são solucionados através do processo institucional dos organismos do Estado, no caso a Secretaria de Estado da Cultura.

- Os novos conflitos são de ordem generativa surgidos da manipulação dos conhecimentos e articulação dos diversos tempos: o passado, o presente e o futuro (como projeto).
- A construção da nação é um processo em curso onde as soluções harmoniosas dependem, em parte, da sensibilidade e eficácia de seus dirigentes.

UNITERMOS: Angola, Antropologia Política, Identidade Nacional.

Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda

Fernando Augusto Albuquerque Mourão¹

Estudo e discussão do urbanismo como elemento caracterizador de uma estrutura do poder em termos da evolução do processo histórico na perspectiva da inserção do país colonizador no plano internacional, segundo cada época, levando-se em conta as variáveis classe e a origem racial dos moradores.

A pesquisa, realizada durante quize anos, permitiu reunir uma grande massa de informações: análise de cerca de 80 mapas, planos e vistas da cidade; documentos históricos; dados demográficos que permitiram montar um série de tabelas compreendendo o período entre 1697 e 1970, quer para Angola, quer para Luanda; dados econômicos sobre o mesmo período; pesquisa de campo realizada com setores da população de Luanda; revisão de praticamente toda a literatura conhecida sobre a cidade de Luanda, com um total aproximado de mil obras.

O tratamento de uma massa de dados de grande porte relativos a um período longo permitiu, paralelamente à seriação da cronologia histórica, surpreender certas situações que contrariam muitas vezes a imagem que uma boa parte da literatura conhecida oferecia em relação a Luanda, à sua vida social. O tratamento dos dados demográficos, econômicos e mesmo cartográficos permitiu através de uma cuidadosa análise de consistência, detectar alguns erros, alguns dos quais da maior importância, pois as aproximações conseguidas permitiram encontrar novas pistas em várias áreas.

(1) Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo na área de Sociologia das Relações Internacionais, em 7-10-88.

O sítio urbano surge na concepção do trabalho como espaço físico, onde se configuram situações de natureza social, económica e racial. Surpreendidas ao longo do processo histórico, elas permitiram uma interpretação do fato colonial que, do ponto de vista metodológico, foi analisado do ângulo sociológico.

Na conjugação dos fatores sociais, económicos e políticos, surgiram reflexos dos princípios fundamentais da administração colonial, segundo as épocas. Através das fissuras encontradas ao se analisar alguns dos aspectos mais pertinentes do processo colonial, a continuidade de um modelo que apresenta configurações diferentes depende das descontinuidades e das fases de isolamento nas relações entre a colónia e a metrópole. Nesse mecanismo surpreendemos o sentido ou sentidos do processo colonial manifestado ou manifestados nas formulações da organização social e do espaço físico.

O interesse por Luanda, como objeto de análise, resulta de vários fatores conjugados: a imagem proveniente do fato literário, que reflete um espaço cultural específico; a cultura popular luandense; as formas de organização da população; a organização do espaço físico; o desenvolvimento de uma cultura política de cunho nacionalista; e ainda, a apreensão, entre moradores, da valorização de um passado, legenda de resistência à situação colonial. A partir da cultura africana e da cultura europeia, deparamo-nos com várias formulações: com formulações de uma cultura de síntese; com formulações em que a norma culta em língua portuguesa é utilizada no início do século XX como uma forma de resistência cultural ao processo colonial; com formulações em que o recurso às línguas nacionais, mais tarde, e em termos de uma retomada, repelindo uma experiência política e estética das últimas décadas do século XIX, é retomado e surge igualmente como uma forma de resistência ao sistema colonial.

Deparamo-nos com vários espaços: um espaço europeu, um espaço africano; vários espaços africanos, e um espaço misto, englobado num espaço urbano, onde se deteta um processo transétnico ao nível dos vários grupos africanos, um processo transcultural ao nível dos grupos somáticos presentes e, não, só, transcultural a nível da região, transcultural como símbolo de uma resistência nacional à imposição de formulações culturais europeias nas últimas décadas do processo colonial.

Todas estas particularidades, culturais, espaciais, temporais, populacionais, são apreendidas com sentidos diferentes, quando feita através de uma leitura africana, nacionalista, ou através de uma leitura europeia e denotando, quer a nível das leituras dos africanos, quer ao nível das leituras europeias, sinais diferentes e particularidades.

Do ponto de vista espacial, tanto do ponto de vista do urbanismo, quanto do ponto de vista do habitat, esforçamo-nos por encontrar sinais de relacionamento nas aproximações e nas rupturas entre o espaço europeu e o espaço metropolitano

e o espaço africano, no núcleo urbano e nas relações com a retro-terra. O tratamento do espaço, como parâmetro, constitui-se numa estratégia fundamental, partindo-se do princípio de que, numa situação colonial, o espaço espelha a ordenação do racial (ou seja, de suas diferenciações) e a ordenação do social; e, em certas épocas, mais do que em outras, as correlações entre raça e classe.

A divisão de Luanda em 'cidade alta' e 'cidade baixa', a par de outros conceitos, tais como cidade baixa expandida, cidade alta alargada, etc.; a divisão da cidade em grandes arcos localizados no tempo; as áreas de transição e de expansão, do ponto de vista do urbanismo, as mutações semânticas que os espaços africanos sofreram ao longo do tempo englobado no processo de análise, reflete um esquema de poder social e as respostas da nação colonizadora e dos colonizadores à especificidade e à resistência dos africanos instalados numa situação urbana traçada pelos europeus. O registro das continuidades e das descontinuidades em termos de espaços a par dos fatos sociais, foi de fundamental importância para uma melhor leitura de um processo colonial pontilhado por várias correntes que emergem segundo os vários momentos históricos que, em termos de uma maior continuidade, reflete um processo que configura uma prática de uma economia do possível inserida no plano internacional no contexto de uma prática diplomática do possível.

"A TRANSFORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS AGRÁRIAS NUMA SOCIEDADE EM MUDANÇA: SANTIAGO DE CABO VERDE"

Claudio Alves Furtado*

Centro de Estudos Africanos (USP)

A dissertação procura captar, no período pós independência de Cabo Verde, o(s) sentido (s) das mudanças ocorridas no âmbito do desenvolvimento rural tomando como agentes propulsionadores fundamentais dessa (hipotética) mudança o governo, através das políticas públicas, os trabalhadores rurais e os emigrantes. Agentes estes cujos interesses, sejam eles políticos, sejam econômicos, nem sempre eram convergentes. Neste sentido, o trabalho procurou colocar diversos e antagônicos interesses em conflito para melhor poder captar o sentido da mudança social no campo.

Contudo, a dissertação procurou enquadrar a realidade sócio-agrária cabo-verdiana atual dentro de um contexto sócio-histórico mais abrangente, remontando ao período colonial. Assim, o trabalho pode ser subdividido em duas grandes partes:

- a primeira, uma contribuição à reconstrução histórica de Cabo Verde, procura, privilegiando a óptica agrário-comercial, perceber as formas de apropriação e exploração do solo, as actividades agrárias e pastoris, sua finalidade e sua inserção no comércio escravo, seus sucessos e percalços e o reflexo na vida do arquipélago. Também procura relacionar os períodos de crise agrária à crise do comércio escravista e ao início do processo emigratório cabo-verdiano. Na parte final procura-se fazer uma correlação entre a emigração, sobretudo a destinada aos Estados Unidos da América do Norte, e a estrutura agrária, ou seja, procura-se analisar a mudança havida na posse das grandes

* Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.

propriedades fundiárias e o regresso dos "mercanos" e/ou transferência de divisas proporcionando, deste modo, aquisição de grandes "morgadios".

A proposição fundamental do autor era a de aperceber-se de possíveis modificações significativas a nível da estrutura fundiária, bem assim como a nível das relações sociais de produção no decorrer do período colonial.

Proposição primordial, segundo o autor, para a compreensão do período pós-independência, sobretudo no que concerne às políticas institucionais direccionadas ao sector agrário.

A ruptura jurídica institucional advinda da independência vem criar a nível das relações políticas e de poder novos mecanismos e nova dinâmica sócio-política portanto, de poder, assinala novas perspectivas para o mundo rural, provocando reacções e contra-reacções de acordo com os interesses em jogo. Grupos sociais aglutinam-se para a construção de instrumentos de pressão política de forma a salvaguardar os seus interesses económicos, fundamentalmente, expressos na posse ou não de propriedades fundiárias. Assim sendo, a segunda parte do trabalho e que constitui o núcleo central da dissertação, tenta fazer emergir as múltiplas vozes em acção para, encontrando a que se fez hegemónica, captar a mudança (ou não) a nível das estruturas agrárias.

As medidas institucionais baixadas com a independência e que culminaram com a aprovação da Lei de Bases da Reforma Agrária - Lei nº 9/II/82, de 26 de Março - são o reflexo de uma luta política entre vários agentes sociais em questão, entre estes e o Governo. A própria Lei nº 9/II/82 acaba por confirmar que as mudanças sociais são resultados do confronto de visões de mundo, de interesses económicos e políticos divergentes, impondo-se, no entanto, a (visão do mundo) que se fizer hegemónica ou resultante delas.

A Lei de Bases de Reforma Agrária é o culminar passageiro (não se pode esquecer a *dinâmica social*) de um processo de mutações rápidas e profundas da Sociedade Cabo-Verdiana e que sintetiza do ponto de vista jurídico aquilo que a realidade social já desenhava: a consignação no texto legal dos interesses dos emigrantes cada vez mais importantes na vida política e económica do país, os interesses dos proprietários fundiários, mas também introduzindo mecanismos proporcionadores da mudança da estrutura fundiária e, por conseguinte das relações de trabalho e de produção são disso prova.

LA PLACE DES JUMEAUX DANS LE SYSTEME RELIGIEUX DES NDONGO (AMBUNDU) ANGOLA¹

Virgilio C. R. Coelho

Cette étude constitue une première approche de la société et de la culture ndongo. Les Ndongo font partie de l'ensemble ethnique Ambundu du nord-ouest d'Angola. Nous avons retenu la question des jumeaux (*jingongo*; sing.: *ngongo*) comme thème central de notre travail, en raison de son importance pour la compréhension des liens entre le social et le religieux. Dans la première partie, nous avons décrit de façon globale la société ndongo, en rapport avec son histoire, son écologie, son économie, sa morphologie parentale et son univers religieux; dans la seconde, nous avons traité le thème principal de l'ouvrage, relatif à la place des jumeaux, de leurs parents et de la communauté gémellaire dans la société et plus concrètement dans le système religieux ndongo.

Notre recherche a été effectuée dans la commune de Calumbo, aux bords du fleuve Kwanza. Dans son cadre écologique s'est développé une activité économique bipolaire de pêche et d'agriculture, dont l'importance varie selon les saisons. Ces activités interfèrent étroitement avec l'univers religieux. Ainsi, par exemple, la carence de poisson est attribuée aux "génies" *ituta*. Certains poissons sont censés être les "génies" *ituta*, qui, eux-mêmes, seraient à l'origine de toute fécondité et de toute vie: celles de la terre, celles des animaux et celles des hommes.

C'est au cœur même de cette fécondité et de cette vie que s'inscrivent les jumeaux, en tant qu'"incarnation" des *ituta*. Ainsi, nous avons d'abord cerné l'univers des *ituta* et découvert ses attaches avec l'univers numineux. Il s'agit d'un univers extrêmement complexe où *Nzambi* (Dieu), entité suprême et relégué

(1) La place des jumeaux dans le système des Ndongo (Ambundu) Angola. Memória do Diploma da EPHE, Section des sciences Religieuses, Paris, 1987, 523 p.

dans un espace lointain (en haut = *bulu*), est relayé auprès des humains par une série d'"intermédiaires": les *mikulu*, "esprits anciens" et les *myondona*, "sprits purificateurs et protecteurs", tous deux habitant dans les profondeurs (*kalunga*) et, finalement, les "génies" *ituta*, habitant dans l'*ixi ni mavu*, "le pays de la fertilité et de la vie".

Il eût été toutefois impossible de traiter des jumeaux sans expliciter le système de parenté Ndongo, pour deux raisons essentielles: d'une part les jumeaux traités en égaux par toute la société, sont marqués par la distinction d'aîné/cadet; d'autre part les règles de mariage s'appliquent aux jumeaux d'une manière spécifique, du fait qu'ils sont considérés comme étant une seule et unique personne.

Cette question abordée, nous avons décrit, par la suite, l'univers gémellaire des Ndongo. Il s'agit d'un univers très cohérent basé sur un système de représentations selon deux axes principaux. D'une part, l'origine mythique des jumeaux, qui les relie aux temps primordiaux. Le terme *ngongo* désignant à la fois les jumeaux et les statuettes qui leur sont associées, couvre un vaste champ sémantique; le même terme est utilisé pour signifier le "malheur et la souffrance" et "le monde des origines". D'autre part, une dualité qui se traduit dans la série de principes suivants : *unité et harmonie, excès et abondance, vie et mort*. Ce que ces principes semblent traduire est, en réalité, une tension constante et contradictoire entre deux sentiments éprouvés simultanément: la *joie* et la *crainte* pour la venue au monde des jumeaux. Cette tension n'affecte pas seulement les parents des jumeaux, mais toute la communauté villageoise dans son vécu actuel et à venir.

C'est à partir de cet ensemble de représentations que l'on peut comprendre la diversification des rituels qui ponctuent toute la vie des jumeaux, depuis leur naissance jusqu'à leur mort.

Tels sont les fondements d'une étude qui pourrait ouvrir l'accès à la connaissance du système religieux ndongo.

África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 12-13 (1): 223-226, 1989/1990.

PEREIRA, João Dantas. *Relações Brasil, Guiné-Bissau e Cabo Verde no contexto das comunicações nos países do terceiro mundo*. São Paulo, 1989. (Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Sociologia - USP). 153p.

RESUMO

*Relações Brasil, Guiné-Bissau e Cabo Verde no contexto das comunicações nos países do terceiro mundo*¹ é uma abordagem das características das relações entre esses dois países africanos e o Brasil, através do jornal "O Estado de S. Paulo" - OESP, no período de 1963-1974. Esse período de onze anos corresponde ao da luta armada e política de libertação nacional conduzida pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC. O referido período corresponde, ainda a duas conjunturas importantes do contexto sócio-político brasileiro: 1960-1964 (fim do populismo) e 1968-1974 (fim do milagre brasileiro)² que culminaram com transformações profundas, quer no plano interno, quer no plano das relações externas do Brasil.

Guiné-Bissau e Cabo Verde têm estreitos vínculos com o Brasil (língua, traços culturais, entre outros). As relações e contatos entre o Brasil e a África tiveram início com as chamadas descobertas marítimas (séc. XVI), época em que do continente foram acorrentados e trazidos para a América milhões de africanos, onde ao lado de outros povos contribuíram na construção de nações e culturas.

(1) Os conceitos terceiro mundo, países subdesenvolvidos, países em desenvolvimento, países mais e menos desenvolvidos foram entendidos neste estudo como sinônimos e designarão os países da América Latina, África e Ásia (com exceção do Japão). Sobre discussão sucinta desses conceitos sugerimos as seguintes leituras: 1) MOURÃO, F.A.A. & ALEXANDRE, I.M.M. *A África e sua inserção no conceito de terceiro mundo*. In: MOURÃO, F.A.A. (org.) *Introdução aos estudos sobre a África contemporânea*. São Paulo. Centro de Estudos Africanos da USP, 1984. (mimeo) e 2) CARDOSO, O.L. *A diplomacia do subdesenvolvimento*. Natal-RN. Ed. Universitária, 1979.

(2) Sobre essas duas conjunturas políticas brasileiras sugerimos a leitura de LUIZ, M.T. *As instituições médicas no Brasil; instituição e estratégia de hegemonia*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

Essas relações foram interrompidas, mais tarde, pela cláusula restritiva do Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil, por Portugal, assinado entre os dois países, com mediação britânica, a 29/08/1885 e pelo declínio da navegação, na segunda metade do século XIX.

Aliado a esses fatos, o monopólio exercido pelo sistema de comunicação internacional tem gerado desequilíbrio e escassez de informações entre os países mais e menos desenvolvidos³.

Mais recentemente, 1960, Jânio Quadros em seu discurso de posse prometeu um afastamento de seu governo em relação a Portugal e uma aproximação com os anseios e interesses dos movimentos de libertação nas antigas colônias de Portugal (Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe). O curto período de seu governo aliado às contradições de posturas por ele adotadas junto à ONU⁴ culminaram com um esfriamento das relações Brasil e África, no início dos anos sessenta que só vieram a ser restabelecidas, na década de 70, a partir da visita do chanceler Gibson Barboza a nove países africanos (Costa do Marfim, Senegal, Nigéria, Camarões, Gana, Togo, Zaire, Benin e Gabão). Apesar de relevantes para as relações qualitativamente novas, entre ambos, as posturas adotadas nas duas últimas décadas representaram muito mais uma consequência de idéias gerais, posicionamentos políticos, do que resultantes de um conhecimento concreto do continente africano.

Nesse contexto, a problemática da troca de informações nos países do terceiro mundo foi marcada por uma série de discussões, em torno da ONU, sob a temática que ficou conhecida como a Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), delineada na I Conferência de Genebra, 1948, sobre a liberdade de informação, cujo objetivo era o de se restabelecer um equilíbrio mundial na circulação da informação e da comunicação internacionais. Essa reivindicação só veio a ser viabilizada três décadas depois, na Conferência Geral da UNESCO, realizada em Nairóbi - Quênia (África), 1976, na qual participou o bloco dos não-alinhados⁵ representando 2/3 da população mundial.

(3) V. item 1 desta nota sobre as leituras recomendadas sobre esse conceito.

(4) Sugerimos a leitura de PEREIRA, João Dantas. *Relações Brasil, Guiné-Bissau e Cabo Verde no contexto das comunicações nos países do terceiro mundo: 1963-1974*. São Paulo, 1989. (Dissertação de Mestrado - FFLCH - Departamento de Sociologia - USP), p. 40-1.

(5) Uma discussão sucinta sobre os países não-alinhados é apresentada em MOURÃO, F.A.A. & ALEXANDRE, I.M.M. op. cit. p. 133-5.

Os resultados deste estudo demonstraram que foi significativo o papel da imprensa internacional (AP, UPI, France Press e Reuters) nos contatos estabelecidos, no período, entre os países do terceiro mundo, em particular, entre o Brasil e as nações africanas de língua oficial portuguesa, na medida em que essas agências expressaram, de certa forma, os interesses ocidentais, através da manipulação do noticiário, graças ao monopólio por elas exercido no campo da comunicação internacional.

O estudo foi feito a partir do levantamento de artigos publicados entre janeiro de 1963 a dezembro de 1974, organizados e categorizados pelo próprio jornal, em pastas com unitermos específicos: *Guiné Portuguesa, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Colonização, Descolonização, Portugal - Colônias e Guerras de Libertação*. O OESP publicou ao todo 110 notícias: 98 referentes à Guiné-Bissau e 12 a Cabo Verde. A escassez de notícias é uma evidência de que esses dois países africanos, apesar de estreitos vínculos com o Brasil, ocuparam pouco espaço no referido jornal.

O estudo ficou distribuído em três capítulos. O primeiro, apresenta a problemática das relações entre os países do terceiro mundo, principalmente, entre o Brasil, Guiné-Bissau e Cabo Verde, no contexto das comunicações nos países do terceiro mundo; o objetivo, as hipóteses e os procedimentos adotados na coleta de dados. O segundo, aborda, de forma detalhada, o processo histórico-político em que se deram essas relações; as discussões, em torno da ONU, sobre a problemática da pesquisa; o papel do Itamaraty e da comunidade acadêmica; as dificuldades, as perspectivas atuais dessas relações; a imagem do terceiro mundo na imprensa internacional e a resposta dos países subdesenvolvidos ao quadro atual. O terceiro, apresenta o conteúdo do noticiário veiculado pelo OESP sobre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, no período de 1963-1974.

Diante do acima exposto, chegou-se às seguintes conclusões gerais:

- 1) A afinidade cultural que leva alguns brasileiros a considerarem a África um importante elemento histórico-cultural em sua formação, foi pouco relevante na determinação do alinhamento do Brasil com os interesses da Guiné-Bissau e Cabo Verde, durante a luta pela libertação nacional;
- 2) A interrupção de relações entre o Brasil e a África, impostas pela cláusula restritiva do Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil assinado no dia 29-08-1885, entre este último e Portugal, com mediação britânica e o declínio da navegação comercial brasileira, a partir da segunda metade do século XIX, foram os principais fatores do afastamento do Brasil

com os anseios dos povos dos países africanos de língua oficial portuguesa, no período;

- 3) O pouco conhecimento do continente africano, por parte do brasileiro médio, é consequência da veiculação, pelo sistema transnacional de informação, de uma visão folclórica e preconceituosa sobre a África, sua cultura e seus valores;
- 4) A escassez de informações entre o Brasil, Guiné-Bissau e Cabo Verde é resultado dos interesses político-ideológicos e econômicos dos países industrializados, operacionalizados através do monopólio de suas grandes agências de notícias (AP, UPI, France Press e Reuters), e do poder de decisão dessas mesmas agências sobre os fatos que devem, ou não, ser difundidos;
- 5) As relações entre o Brasil e Portugal, no plano das antigas colônias deste último, até à missão Gibson Barboza refletiram, de certa forma, os termos do acordo de amizade entre os dois países e o bipolarismo mundial;
- 6) A afinidade cultural entre o Brasil e África, só foi preponderante quando a proximidade funcional - entendida aqui como a menor distância entre dois países que adotam uma mesma política externa - foi mais relevante do que a geográfica;
- 7) No mundo da comunicação e da informação internacionais, a notícia é sinônimo de mercadoria. O estudo comprovou essa afirmativa. A título de ilustração, a primeira grande reportagem sobre a Guiné-Bissau só foi publicada pelo OESP, oito anos após o início da luta armada (1963), aos 19/12/71. coincidindo com o aumento do prestígio do PAIGC, a nível internacional: audiência com o Papa Paulo VI dos líderes Amílcar Cabral (Guiné-Bissau), Agostinho Neto (Angola) e Marcelino dos Santos (Moçambique), julho de 1970; Conferência Internacional de Solidariedade com os povos das colônias de Portugal, em Roma, agosto de 1970, entre outros.